

O próprio Gros considera difícil vigiar "spreads"¹⁵³

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A fiscalização do tabelamento dos spreads bancários será difícil, porque o Banco Central não terá condições de apurar centenas de operações realizadas diariamente por cada uma das 16 mil agências de instituições financeiras espalhadas pelo Brasil. A constatação foi feita ontem à noite pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, durante entrevista onde explicou, ao lado do assessor especial do Ministério da Fazenda, João Manoel Cardoso de Mello, as medidas anunciadas ontem pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Gros informou que a fiscalização da imposição de reprovidades pelos bancos sobre as empresas será feita por amostragem, e as desobediências serão "punidas exemplarmente". O presidente do Banco Central também apelou para que os clientes lesados primeiro procurem protestar junto à direção do banco infrator, para depois, não conseguindo vencer o desrespeito, encaminhar denúncia ao Banco Central.

O presidente do Banco Central acrescentou mais detalhes às medidas anunciadas por Funaro:

Tabelamento dos spreads — As taxas de intermediação dos bancos em operações de financiamentos às pessoas físicas não foi adotado "porque o governo temia secar o volume de recursos destinados a este setor pelas instituições financeiras", explicou Gros. Disse ainda que os bancos não procurarão obter ganhos extras sobre as pessoas físicas, como forma de compensar os lucros tabelados. Mas o presidente do Banco Central não soube explicar por que isso não acontecerá. Informou que os spreads dos bancos se reduzirão em cerca de

50%, em média, com o tabelamento. Levantamento recente da Diretoria Bancária do Banco Central indicou que os Spreads até ontem variavam entre 8 a 10%, em média. Gros classificou este nível como "abusivo".

Auxílio aos governos estaduais e municípios — Os financiamentos aos governos estaduais e municípios será operado pelo Banco do Brasil e toda a rede bancária particular. Os recursos serão oriundos do Banco Central. Os bancos emprestarão com correção da LBC mais 12% de juros ao ano; mas poderão refinanciar estes empréstimos, junto ao Banco Central, com a LBC mais, apenas, 8% de juros ao ano. A diferença de 4% fica com os bancos, a título de margem de ganho. Pequenas e médias empresas — o ministro Funaro divulgou que no refinanciamento, as pequenas e médias empresas terão 36 meses para a amortização e que os primeiros 8 meses do refinanciamento pagarão apenas 7% do valor da dívida a cada ano. Esta mesma informação consta da nota distribuída ontem à noite pelo Banco Central. Mas Gros deu informação diferente. Segundo ele, durante os seis meses as empresas pagarão os 7% a título de juros, com a parte referente à amortização mensal do principal sendo "rolada". Gros acrescentou que o Banco Central destinará para o refinanciamento Cz\$ 8,5 bilhões, também como esquema de refinanciamento por parte das instituições financeiras."

Comissão dos Estados e municípios — O presidente do Banco Central explicou que esta decisão não se sobreporá ao programa de saneamento da instituição sobre alguns bancos estaduais. Explicou que a situação dos bancos estaduais será um aspecto abordado pela comissão. Também será analisada a situação financeira da administração direta dos Estados e principais municípios.